

O CONTRIBUTO DE MANUEL ANTUNES, S. J., PARA AS REFORMAS UNIVERSITÁRIAS PORTUGUESAS ANUNCIADAS NOS ANOS DE 1960 E INÍCIOS DE 1970

Artur Manso
Universidade do Minho – IEP/CIEd
amanso@iep.uminho.pt

Resumo

Na presente comunicação apresentarei o contributo que durante mais de uma década o professor Manuel Antunes, s. j. (1918-1985) nos legou sobre a ideia de Universidade e a urgente reforma que em Portugal se impunha a esta vetusta Instituição, seguindo, preferencialmente, os debates que com o mesmo propósito, tinham ocorrido à pouco tempo na Inglaterra, Estados Unidos da América, Alemanha e França, países onde as reformas já se tinham concretizado.

Para tanto, no que à Universidade diz respeito, analisarei os textos por si publicados sobre o assunto entre 1960 e 1971, que abrangem dois projectos de reforma do ensino em Portugal, o primeiro da autoria de Inocêncio Galvão Telles, Ministro da Educação entre 1962 e 1968, e o segundo da autoria de José Veiga Simão, que exerceu o mesmo cargo entre 1970 e 1974.

1. Manuel Antunes (1918-1985) foi um dos pedagogos portugueses mais populares e eruditos do século XX. Personagem multifacetada, de formação clássica, soube trazer a erudição para o quotidiano daqueles que foram seus alunos. Aluno brilhante desde os primeiros tempos de escola entra, em 1936, com 18 anos de idade para o Noviciado da Companhia de Jesus e em 1943 obteve a licenciatura em Filosofia, no Instituto Beato Miguel de Carvalho, hoje designada Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica. No ano da conclusão dos estudos filosóficos inicia o magistério docente.

Em 1949 é ordenado sacerdote em Granada.

Desde 1940 colabora na revista *Brotéria*, na qual, em 1955-56 começa a exercer as funções de redactor. Ao longo da sua colaboração usará 124 pseudónimos.

Em 1957 o conhecido professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vitorino Nemésio, convida-o para aí leccionar. Inicia-se no ensino da História da Cultura Clássica, disciplina comum à totalidade dos cursos dessa faculdade e, seguidamente, rege cadeias como História da Filosofia Antiga, História da Civilização Romana, entre outras. Devido aos seus excelentes dotes de pedagogo e às qualidades humanas pouco comuns, ao longo dos tempos, nesta escola granjeou uma fama de humanista pleno, pouco habitual nos professores universitários, como tem vindo a ser testemunhado por personalidades tão diversas como Sofia

de Mello Breyner, Luís Lima Barreto, Maria do Céu Guerra, José Barata Moura, Matilde de Sousa Franco, António Ramalho Eanes... que com ele se cruzaram (cf. Abreu; Franco, 2008: 73-88).

Em 1965 é nomeado Director da revista *Brotéria*.

Em 1967 é eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

Entre 1972 e 1974 é Conselheiro do Grupo de Planeamento Cultural do Ministério da Educação Nacional.

Em 1981 recebe o grau de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa, título raramente atribuído àqueles que aí trabalhavam.

Em 1983 recebe, pelas mãos do então Presidente da República, General Ramalho Eanes, as insígnias de Grande Oficial da Ordem Militar de Santiago de Espada.

A sua ideia de Portugal, na refrega da revolução de Abril ficou plasmada no excelente ensaio *Repensar Portugal* publicado em 1979 pela editorial Multinova, texto simultaneamente real e utópico, espécie de formulário para conciliar os portugueses com Portugal, abrindo as portas à multiculturalidade e à diversidade como características determinantes dos tempos a vir e a necessidade de Portugal se impor como o fator da síntese necessária entre a tradição e a modernidade, não do espaço meramente nacional mas de toda a realidade humana.

A sua extensa obra abrange um vasto leque de interesses: cultura, educação, política, religião, teologia, espiritualidade, estética, crítica literária... e está a ser organizada tematicamente sob a coordenação de uma equipa multidisciplinar que inclui os professores Arnaldo Espírito Santo, Hermínio Rico, José Eduardo Franco e Luís Machado de Abreu.

Para o presente trabalho interessa-nos apenas o tomo II, intitulado *Paideia: Educação e Sociedade*, que conta com a coordenação científica de José Eduardo Franco e reúne os textos que tratam da totalidade do sistema educativo, mais concretamente, os escritos em que reflecte o problema da Universidade e das respectivas reformas.

2. Ao longo dos tempos a Universidade, em Portugal, padeceu da mesma falta de estratégia e planificação dos restantes níveis de ensino. Manuel Antunes, como pedagogo e professor universitário não ignorava esta realidade. O nosso país até à segunda metade do século XX (anos 1960/1970), pouco ou nada se preocupava com o ensino e a educação do seu povo. A década de 1960 veio a conhecer algum interesse pela questão universitária e as reformas adequadas à nova realidade social. Dessa preocupação, o nosso pedagogo releva o restabelecimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, criada por decreto em 1961 e que começou a funcionar no ano de 1962, o anúncio dos Estudos Gerais a instaurar nas províncias ultramarinas, bem como os contributos públicos prestados por Braga da Cruz e

Eduardo Coelho, no sentido de marcar as linhas directrizes que a necessária reforma universitária deveria tomar. Em 1962 reconhecia o ilustre professor que esta Instituição era “Função vital de um mundo que, em boa parte, é feitura sua, a instituição universitária vê-se na necessidade de se adaptar às novas condições culturais, civilizacionais e até humanas, delas decorrentes, e as exigências de fidelidade às origens. Daí a crise actual. Crise cujas exactas dimensões só por vários grupos de estudiosos poderiam ser investigadas” (Antunes, 2005: 213). Manuel Antunes engrossa esse grupo que se propõe reflectir a Universidade na tentativa de conciliar a tradição com a modernidade, entendendo as reformas necessárias, mesmo que radicais, como uma revolução tranquila.

Nos anos de 1970, finalmente, Portugal veio a conhecer um aumento gradual das escolas e faculdades, bem como um maior investimento no combate ao analfabetismo. Apesar de todo o esforço meritório, lembrava o professor Manuel Antunes que quanto “...a estruturas administrativas, a programas, a conteúdos e métodos de ensino, a estabilidade era [...] impressionante” (Antunes, 2005: 211).

Foi em 6 de Janeiro de 1971 que o então Ministro Veiga Simão anunciou ao país os dois projectos para a reforma do ensino pondo o enfoque no ensino universitário. Tais propostas entusiasmaram aqueles que punham na educação e instrução do país grandes esperanças. Manuel Antunes pertencia a este lote, mas insistia na necessidade em se fazer uma reforma o mais participada que fosse possível. Conhecia a história do ensino e da educação em Portugal e tinha, como pedagogo prestigiado que era, uma ideia pouco positiva da sua evolução. A fazerem-se reformas, então era necessário aproveitá-las para modificar verdadeiramente o estado das coisas. Aliás os diversos textos que na década de 1960 publicou na *Brotéria*, antecipam umas reformas e sugerem outras para o ensino superior: “O ensino é, de longe a mais importante das empresas nacionais. Por isso, a acção consagrada a promover a sua reforma no sentido do seu maior rendimento, flexibilidade e modernização deve ser acompanhada com simpatia, sentido crítico e noção das realidades, de todas as realidades em causa” (ib.: 212).

Desta forma, plasmava a vontade daqueles que já há muito tempo ouviam falar de reformas, mas que, infelizmente, raramente as viam passar de meras intenções, porque quase sempre os seus proponentes pouco ou nada sabiam da realidade educativa e das verdadeiras necessidades do país. Por outro lado, a administração ao mais alto nível, parecia não ter qualquer interesse em tirar o ensino e a educação do marasmo em que se encontravam há séculos.

Para o nosso autor era preciso uma política educativa que evitasse os extremos e privilegiasse o bom senso, coisa que nos anos setenta do século findo, com a agonia do Estado Novo e os laivos revolucionários que ameaçavam a ordem instituída, estava longe de se poder concretizar.

Mais que querer e poder fazer uma reforma era necessário agir com a questão educativa “...tentando fugir, por um lado, a um passadismo nostálgico ou de curiosidade meramente antiquária e tentando, por outro lado, não cair num futurismo de miragem” (ib.: 212).

3. As reformas, quase sempre, seguem-se a longas crises e prolongadas agonias das instituições. O caso da Universidade não foge a essa regra. Na opinião do nosso autor, para se ter sucesso nas reformas que se anunciavam era preciso, primeiro, compreender aquilo que estava na essência da Universidade. É com esse propósito que esclarece as duas realidades que designou a palavra *Universitas*: “*Sociológica* a primeira; *ideológica*, a segunda. Com expressão sociológica, a Universidade significa um conjunto de pessoas organicamente ordenado na diversidade das suas partes e das suas funções [...] corporação ao lado de outras corporações, ela constituía uma das formas de vida em comum em que foi fecundo o movimento comunal do século XIII. Como expressão ideológica, a universidade encarna um conjunto de disciplinas e doutrinas hierarquicamente organizado em ordem à ciência suprema da Teologia: era a *universitas scientiarum*” (ib.: 213).

Ora, essencialmente, eram estes dois aspectos que a partir do século XVIII começaram a entrar em crise que a actualidade tinha extremado. O verdadeiro sentido que tinha presidido ao aparecimento da instituição universitária, foi sendo atacado nos seus princípios até que o Estado passou a intervir cada vez mais nas Universidades com o intuito de as democratizar, procedendo, no todo ou em parte, à sua estatização. Esta nova postura garantia-lhes meios materiais para as reformas, mas por outro lado, limitava-lhes a liberdade de ensino e aprendizagem em que tinham sido geradas, pois, em contrapartida, exigia-lhes que passassem a ministrar o ensino que melhor se adaptasse à sua ideologia. Com a massificação do ensino aumentava, naturalmente, a exigência reivindicativa daqueles que passavam a frequentá-las.

Era, então, preciso fazer alguma coisa para que a longa crise em que a instituição universitária tinha mergulhado pudesse ser debelada, tal como aliás já o tinha sido em outros países, nomeadamente em França pela lei de 8 de Novembro de 1968 da autoria de Edgar Faure, que Manuel Antunes propunha que fosse reflectida, mas não copiada, pela realidade portuguesa: “...se o exemplo francês não é para ser copiado servilmente não deve, no entanto, deixar de ser estudado de perto por aqueles a quem incumbir reformar a nossa Universidade e, mais largamente, pelos representantes de uma opinião pública esclarecida” (ib.: 230).

Tanto mais que na perspectiva de uma reforma na continuidade, o nosso pedagogo propunha que a resolução da crise se fizesse “Pelo regresso ao *espírito* que criou a instituição. Ao *espírito* sublinhámos. Não à fórmula literal que, ao tempo, o traduziu. Espírito popular e comunitário, espírito de autonomia e de cooperação, espírito de desinteressada pesquisa e de eficiência

prática, espírito jovem de renovação e espírito adulto que não quer perder aquilo que uma tradição de séculos transmitiu. É esse espírito que levará os responsáveis a encarar o problema de frente” (ib.: 215).

Para Manuel Antunes a Universidade continuava a ser um poderoso mediador entre o mundo natural e o mundo cultural. Era ela que permitia o progresso e recortava os vários segmentos da realidade sob o prisma da racionalidade e da eficácia.

O nosso pensador situado no panorama português e nas propostas da necessária reforma universitária, analisa os prós e os contras das várias posições que iam sendo assumidas, resumindo-as às duas que se extremam: a atitude conservadora e a postura radical.

Começando pela apreciação daqueles que consideravam que a Universidade portuguesa continuava, como até ali, a desempenhar as funções que estavam presentes na sua criação, a saber, transmitir conhecimentos, formar profissionais e promover a investigação científica, lembrava aos partidários desta opinião conservadora que os seus pontos de vista não contemplavam as transformações que entretanto se tinham verificado: tendo sido projectada para um pequeno número, encontrava-se agora ao serviço das massas, tendo aparecido numa realidade social em que a imagem do mundo era estática e devidamente hierarquizada, encontrava-se agora num universo em plena mudança, concebida para transmitir conhecimentos, debatia-se agora com uma realidade científica diversa e plural, onde os dados das ciências exactas obrigavam a uma revisão cada vez maior e mais acelerada das leis científicas. Desta forma, o mundo científico-tecnológico não se compadecia com a ideia original da Universidade. A estes ideólogos Manuel Antunes recordava: “...entre todas as sociedades, que serão, sem excepção, em grau mais ou menos elevado, sociedades de massas as que maiores dificuldades hão-de ter em resistir ao império do totalitarismo avassalador serão precisamente aquelas em que o autêntico espírito universitário, feito do amor da verdade e da liberdade, para a cultivar e a poder exprimir, estiver morto ou amortecido” (ib.: 234).

Por oposição à postura conservadora, surgia outra atitude baseada na destruição pura e simples da instituição universitária, quer do seu modelo original, quer do modelo ajustado pelas várias reformas ocorridas ao longo dos tempos. Como bem mostra o nosso autor a esta circunstância não é alheia a partilha de uma certa ideologia totalitarista e apologista de uma sociedade sem classes, a qual vê nas instituições antigas um modo de promover e distinguir as classes sociais, contribuindo, desta forma, para o estabelecimento de uma sociedade injusta.

Ao extremismo destas duas atitudes, Manuel Antunes contrapõe uma terceira que designa de *Reformação*: “Modificar, renovar, criar. Estes três verbos, embora não cheguem para defini-las por completo, caracterizam, no entanto, suficientemente, as três orientações que se desenham dentro desta tendência: *modificar* o existente; *renovar*, não só remodelando a Universidade

antiga mas instituindo novas unidades que funcionem, ao menos entre nós, como universidades novas; *criar* estruturas globais do ensino, sem padrões no passado...” (ib.: 238).

Para o nosso autor a reforma não só era necessária, como era perfeitamente possível. Faltava apenas o estímulo suficiente para que ela ocorresse. E esse estímulo, em seu entender, poderia partir de vários lugares: do Estado, da reflexão e aprofundamento do que se tinha passado e se estava a passar noutras realidades semelhantes, ou da própria Universidade, acentuando, contudo, que esta, pela sua estrutura monolítica avessa à novidade e à transformação, tenderia sempre a defender os seus privilégios e a preservar o *status quo*.

Em seu entender, fosse de que maneira fosse, era preciso remodelar e (re)fundar a instituição universitária, dando origem a universidades novas, promovendo novos currículos e organização escolar, renovar os métodos pedagógicos e os campos de pesquisa. O nosso pensador tinha esperança no aparecimento de uma nova Universidade onde “Toda a comunidade seria, a um tempo, docente e discente, ensinante e ensinada.

Utopia? No imediato, não parece haver dúvidas. Outra coisa será, talvez, se se encarar o longo prazo da evolução histórica” (ib.: 242).

O nosso pedagogo acreditava na possibilidade de uma verdadeira reforma universitária, como aliás já tinha acontecido em países como a Alemanha, Inglaterra e França. Em seu entender era preciso que se criassem condições para que essa reforma se efectivasse entre nós, remodelando aquilo que já existia e criando novas universidades. Para tanto, parecia-lhe necessário constituir duas comissões independentes que elaborassem bons relatórios sobre a direcção que as reformas deveriam seguir e que esses relatórios fossem escrutinados e complementados pelos contributos de toda a comunidade civil e universitária.

Ao imobilismo, conservadorismo, cepticismo... Manuel Antunes contrapunha a *audácia* e a *prudência* como os dois valores que deveriam presidir a este desiderato nacional.

4. Eis, então, a forma como se posiciona face à proposta de reforma do ensino superior posta à discussão no primeiro mês de 1971 pelo Ministro Veiga Simão.

Manuel Antunes acompanhava aqueles que defendiam uma reforma do ensino superior devidamente hierarquizada em que no vértice estaria o Conselho Nacional do Ensino Superior (CNES) e na base os Departamentos, sistema que teria de se manter em constante comunicação com o meio envolvente e restante sociedade. A nova Instituição deveria assentar num triplo campo de forças: Estado-Ensino Superior; Comunidade-Universidade; Universidade-Diversidade de Órgãos e funções, que de maneira simplificada traduzia nos conceitos de Nação – Ciência – Homem (cf. ib.: 249).

Em linhas gerais, a hierarquia administrativa contaria com o Conselho de Reitores do Ensino Superior - Conselho Universitário – Conselho Directivo - Reitor e Vice-Reitores – Conselho Académico – Conselho Administrativo.

Para lá da necessária ordem funcional, para o nosso pensador, era o Departamento que se deveria instituir como “...a unidade fundamental da Universidade, na qual se integram o ensino e a investigação de disciplinas afins do ponto de vista científico ou profissional” (ib.: 252). A esta unidade indispensável da Universidade, devido à sua importância e lugar de destaque deveriam confluir “...alunos de distintas faculdades, escolas superiores e mesmo, porventura, de diversos institutos de investigação” (ib.: 253). Manuel Antunes acreditava que esta “mobilidade” de alunos por vários campos do saber era benéfica à formação social e humana que a Universidade tinha a obrigação de proporcionar a todos aqueles que a frequentavam. A cultura humanística não poderia ser desprezada pelo poderio da tecnologia que, cada vez mais, se erigia como asfíxiador das melhores qualidades humanas de cada um.

Em seu entender a reforma agora proposta teria de se desenrolar no sentido de proporcionar as bases para se construir um verdadeiro sistema inovador do ensino superior em áreas e âmbitos muito alargadas: na elevação à categoria de ensino superior dos Institutos Politécnicos; na criação de Departamentos como unidades base; na orgânica e composição dos corpos directivos; na extensão do princípio participativo a todos os elementos universitários e a alguns extra-universitários; na separação, mesmo que parcial, dos sectores directivo e administrativo; na ampliação das vias de acesso à Universidade; no alargamento do princípio da autonomia e articulação entre ensino secundário e superior; na edificação dos Departamentos de Ciências da Educação como centralizadores da pedagogia geral da Nação; na divisão do ano em dois semestres; no cumprimento de um horário de atendimento aos alunos; na educação permanente e formação pós-gradual; na formação o mais completa que fosse possível do homem e do cidadão... (cf ib.: 254-255). Como se vê pelo elenco das novidades, a reforma prevista era ambiciosa para um país como Portugal onde tão difícil se torna contestar a tradição e ousar proceder às mudanças que todos consideram essenciais e que o seu sucessivo adiamento, tanto têm prejudicado o nosso país.

De facto, os princípios que se enunciavam não se cingiam a uma simples reforma de cosmética, mas sim à implantação de um novo modelo de Universidade, desde o topo até ao vértice, que, naturalmente, se instituiria como esteio do prestígio da Instituição e de todos aqueles que a serviam. Era um passo para o (re)surgimento de uma Universidade mais transparente, participada e valorizadora de todos aqueles que nela trabalhavam. A reforma anunciada representava, assim, um laivo de esperança para um país parco de recursos e infestado de analfabetos, onde o mérito e a excelência raramente eram recompensados e, fundamentalmente,

não tinha quadros superiores, nem em qualidade nem em quantidade, para prover às novas exigências para que a organização universitária apontava.

Apesar de todas as dificuldades que se avizinhavam, mesmo que o Estado continuasse a ter a última palavra, a autonomia pedagógica, financeira, cultural e científica, seriam uma realidade, da coordenação e da representação, a que se acrescentava a entrada dos alunos nos órgãos da Universidade, criando-se desta forma as condições básicas para reconstruir o velho edifício universitário.

5. A longa experiência e a imensa estima de que gozava enquanto professor de sólida formação humanística levou-o a reflectir mais demoradamente sobre os anunciados Departamentos de Ciências da Educação que tão importantes se tornavam na nova organização pedagógico-científica das Universidades. Para si impunha-se perceber “Como passar dos actuais cursos de Ciências Pedagógicas a esses departamentos que, dadas as possibilidades enormes que eles oferecem, e dadas as carências imensas, que eles se destinam a preencher, onde encontrar, de imediato, instalações, equipamentos laboratoriais e, principalmente, pessoal docente capacitado para as pôr a funcionar?” (ib.: 260).

As Ciências da Educação se, de um momento para o outro, tivessem que lidar com um cada vez maior número de alunos, só poderiam desempenhar eficazmente a sua tarefa se a diversidade das teorias educativas tivesse sido assimilada por aqueles que as viessem a leccionar. De outra forma, naturalmente, um Departamento em que a unanimidade de processos e de métodos não é fácil de ser conseguida, entraria em erosão lenta e depressa se descaracterizaria. Manuel Antunes alertava para o perigo que seria abrir os Departamentos de Ciências de Educação sem anteriormente recrutar pessoal habilitado para os pôr a funcionar. A prudência que recomendava era de todo justificada, pois sabia por experiência própria que Portugal contava com poucos quadros nesta área de ensino e investigação universitária. Antes de se abrirem os respectivos Departamentos, em seu entender, era necessário mandar portugueses para universidades estrangeiras que os pudessem qualificar nesta área e, mesmo assim, ainda seria imprescindível contratar um número considerável de professores estrangeiros adequadamente formados para iniciar o trabalho desses Departamentos.

Aliás, preencher os quadros docentes com pessoal devidamente capacitado, era um dos maiores desafios que se colocava à anunciada nova rede de universidades. A exigência da carreira a que se associava a remuneração pouco interessante que proporcionava, afastava os mais capazes para outras áreas de actividade mais lucrativas. Nos quadros da velha Universidade já faltariam cerca de 400 professores, como se poderia ter esperança que os enormes recursos humanos necessários às reformas anunciadas estivessem disponíveis a curto prazo?

De forma lúcida, Manuel Antunes, não pondo em causa a necessidade de uma maior democratização do ensino superior lembrava que todos os anos ingressavam nas “...faculdades e estabelecimentos de Ensino Superior do país centenas de alunos que nunca lá deviam ter entrado e, pelo contrário, ficam pelo liceu e até pela instrução primária muitas outras centenas de rapazes e de raparigas dotados de capacidade potencial para levarem a bom termo, por vezes mesmo com brilho, estudos ao nível mais alto” (ib.: 262). De certo modo a democratização só tornava mais comum aquilo que anteriormente já se vinha passando, quando a Universidade se tinha instituído em feudo único das classes privilegiadas, que, generosamente, de quando em quando, acolhia um ou outro elemento das classes mais baixas.

As capacidades intelectivas de cada um e o trabalho aplicado no seu aperfeiçoamento devem ser, em qualquer tempo e lugar, o único critério de acesso ao ensino superior, que deve acolher o que, intelectualmente, de melhor há numa sociedade e elevá-lo ao nível máximo que for possível. Contudo, desde há muitos anos que o preenchimento das vagas do ensino superior se faz maioritariamente não pelas qualidades intelectuais demonstradas, mas sim pelas possibilidades materiais que garantem àqueles que a procuram o prosseguimento dos estudos. E por isso o nosso humanista não se esquece de enfatizar que “Se a igualdade social pela simples identidade de oportunidades está longe de ser um axioma, a manutenção do *satus quo*, possibilitando a ‘reprodução dos herdeiros’ pertence ao domínio da injustiça” (ib.: 264).

6. Manuel Antunes foi um entusiasta do projecto de reforma apresentado por Veiga Simão: “O projecto RES que, em parte e só em parte, nos foi possível analisar, representa um grande passo em frente na História do Ensino em Portugal. Sobretudo, quando visto na sua articulação, necessária, com o PSE” (ib.: 263). Acreditou, ainda, que a realização do conteúdo destes dois diplomas poderia “...traçar uma via portuguesa de desenvolvimento económico, cultural e humano” (ib.: 263). Desta forma, reforçava a importância de dotar as projectadas reformas educativas de um cunho fortemente nacional, defendendo que pela elevação intelectual dos cidadãos, guindar-se-ia a sua Pátria a níveis de progresso consentâneos com os outros países que nos tinham antecedido nas reformas educativas que agora se perspectivavam para Portugal.

As suas propostas pedagógicas, não raras vezes, são imbuídas de um carácter utópico, que pensava ter a capacidade de conciliar a tradição e a inovação, na promoção atempada das sínteses que os novos tempos exigiam e a humanidade reivindicava.

O nosso pedagogo mostrou-se defensor de uma Universidade fundada no princípio democrático, caracterizado por uma verdadeira descentralização e participação alargada - de professores, funcionários e alunos. Quis, ainda, que a Universidade seleccionasse para a sua frequência aqueles que realmente mostrassem capacidades e mérito, em detrimento daqueles que, como até

aí, maioritariamente, as frequentavam não pelo mérito ou capacidade demonstrada, mas apenas porque se tinham instituído como os “herdeiros” das classes privilegiadas.

Manuel Antunes reflectiu aturadamente o lugar central que as Ciências da Educação deveriam desempenhar na nova Instituição e, de forma lúcida, alertou para os diversos entraves ao sucesso das reformas anunciadas provocados pela gritante falta de quadros qualificados para a docência universitária e a pouca consideração social e profissional por aqueles que serviam as Universidades.

Apesar de tudo, a pedagogia da esperança que animava o ilustre pedagogo, mantinha-o confiante que o querer e a persistência dos mais resistentes, de uma maneira ou de outra, haveria de permitir a necessária reforma do ensino em geral e da Universidade em particular.

BIBLIOGRAFIA

1. Principal

ANTUNES, Manuel, S J (2005). “Educação e reformas”, in *Obra completa – tomo II. Paideia: educação e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 209-264.

2. Outra

AA. VV. (2007). *Padre Manuel Antunes (1915-1985): interfaces da cultura portuguesa e europeia*. Porto: Campo das Letras.

ABREU, Luís Machado de; FRANCO, José Eduardo (2008). *Padre Manuel Antunes, S. J. (1918-1985)*. Porto: Estratégias Criativas.

FRANCO, José Eduardo (2003). “Antunes, Manuel”, in *Dicionário de educadores portugueses* (dir. António Nóvoa). Porto: Asa, pp. 107-110.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1985). “Notas sobre o pensamento pedagógico de Manuel Antunes”, in *Brotéria*, vol. 121, pp. 297-316.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1986). “A educação para amanhã na pedagogia de Manuel Antunes”, in *Brotéria*, vol. 122, pp. 163-181.